

# O compromisso com Brasília

**BRASÍLIA** é um compromisso nacional, compromisso já tornado irrevogável pela realidade. É um ente político da República, não uma unidade econômica, não uma capitania eleitoral, não alguma coisa que se possa entender sob a ótica da regionalização, da individualização federativa, da rivalidade bairrista.

**A CONCEPÇÃO** histórica e o projeto de construção da nova Capital da República estão intimamente ligados a objetivos do interesse nacional, inclusive quando se quis fazer de Brasília um símbolo da vocação e da destinação democráticas deste país.

**LOGO**, o que aconteça a Brasília tem necessariamente que envolver a preocupação e a responsabilidade da Nação inteira. Pouco importa que muitos hajam sido contrários ao projeto levado a cabo pelo Presidente Juscelino Kubitschek e que até hoje considerem um erro ou uma insensatez a transferência da Capital da República para o distante Planalto Central. Existe um fato consumado diante de nós, um patrimônio do povo brasileiro que não pode ficar à mercê de qualquer forma de abandono, deformação ou dilapidação.

**AOS 26** anos de vida, Brasília apresenta problemas típicos de velhas megalópoles (falta de água, de energia, de esgotos; transporte coletivo desconfortável e caro; favelas; insegurança pública etc.) e dentro desse contexto de serviços públicos urbanos enfrenta crise tão séria que o próprio Governador do Distrito Federal, José Aparecido Oliveira, vem a público denunciar o risco de a cidade se tornar inabitável e de entrar em colapso até o ano 2000.

**A PARECIDO** culpa o regime militar pelas várias deformações (política, arquitetônica, urbanística, paisagística, ecológica, cultural etc.) a que

ficou submetida a chamada Capital da Esperança. O projeto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foi, segundo o Governador, desprezado tanto no espírito como na sua feição física. O que era, por exemplo, para representar um símbolo democrático transformou-se num "centro de poder e privilégios". Uma obra que deveria abrir os horizontes de um país homogeneamente desenvolvido acabou como cenário ainda mais chocante das desigualdades econômicas e sociais que caracterizam o perfil geral brasileiro.

**NA VERDADE**, sob qualquer circunstância institucional não seria fácil manter Brasília dentro dos seus balizamentos iniciais. Na idealização de Juscelino, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, a população da cidade não deveria ultrapassar o limite de 500 mil habitantes. Àquela época, acreditava-se que o distanciamento das pressões demográficas, políticas, sociais e outras constituía o melhor clima para as responsabilidades e as decisões do Governo da União e também para as missões do Poder Legislativo e do Judiciário. Hoje pensamos exatamente o oposto: toda gente reclama do isolamento de Brasília, do ambiente asséptico da Capital da República.

**O QUE** fazer dos milhares de trabalhadores que construíram Brasília e estavam instalados na Cidade Livre? Como evitar a onda migratória em busca das oportunidades do Planalto?

**ESSES** desafios, entretanto, não impunham a Brasília um futuro igual ao da generalidade dos centros urbanos do País. O fato mesmo de contar agora com uma população de 1.700 mil habitantes (podendo chegar a 4 milhões no ano 2000) não determinava fatalisticamente o quadro caótico que aparece na adveniência de José Aparecido.

**OS PROBLEMAS** criados em 26 anos apresentam-se assustadores. Setenta e cinco por cento da população vivem na pobreza, senão na miséria, das cidades satélites. O abastecimento de água sofre um déficit de três mil litros por segundo, acossado pelas agressões ecológicas e pelos perigos flagrantes da poluição. Além da hipótese do racionamento de água, Brasília tem o seu saneamento básico entregue à precariedade do sistema de esgotos e a uma solução primitiva de despejos que vão matando rios e lagos da região. Em diversas áreas, a terra cede ao processo de erosão e o Governo de Brasília gasta atualmente Cz\$ 74 milhões na recuperação de moradias atingidas pelo desastre. O trabalhador de Brasília gasta no transporte coletivo 19 por cento do seu salário, fazendo imensos e cansativos trajetos entre o afastado local da moradia e o do emprego. A estrutura administrativa do Distrito Federal consome 91,1 por cento do orçamento brasiliense. A insegurança pública já não é tão grande, institucionalizada e impune quanto a que se conhecia antes do advento da Nova República, mas os bem conduzidos esforços do Governo José Aparecido para enfrentar o problema ainda encontram clássicos e fortes obstáculos.

**O QUE** pede, finalmente, o atual Governador de Brasília? Uma redefinição de rumos, primeiro através do debate e a seguir através da ação corretiva. Sem dúvida, a situação de encruzilhada precisa terminar aqui. Não basta alegar a realidade irreversível da nova Capital da República. Brasília só fará jus aos esforços, aos recursos, aos sacrifícios e às esperanças que custaram à Nação se reencontrar os fios originais de sua bem intencionada proposta. Do contrário, nada distinguirá essa realidade de tantas outras lamentáveis que existem instaladas dentro do universo brasileiro.